

Emenda Ibsen. O Espírito Santo perderia R\$ 212,1 milhões ao ano



GILDO LOYOLA

DRAMA. Em Presidente Kennedy, valor cai de R\$ 73,3 milhões para R\$ 700 mil por ano, e prefeitura já ameaça suspender obras das áreas de saúde e educação

Cidades vão quebrar com mudança nos royalties

Emenda que será votada na quarta-feira tira do Estado e de cidades produtoras a riqueza do petróleo

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

■ Motivo de negociação entre os Estados produtores de petróleo e o governo federal desde meados do ano passado, o pagamento de royalty de petróleo virou motivo de pânico para muitos prefeitos capixabas. O motivo é simples: a cidade que recebe o dinheiro porque sedia a produção do petróleo simplesmente terá esse valor reduzido a praticamente nada, caso a mudança proposta na lei seja aprovada no Congresso Nacional.

O fato de ser produtor do "ouro negro" é completamen-

te ignorado pela emenda dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG), que pode ser aprovada na próxima quarta-feira, dia 10.

Tomando como base o que foi pago ao Estado e aos municípios em 2008, a perda das cidades capixabas seria superior a R\$ 230 milhões no ano.

E há grandes chances da emenda passar porque, na verdade, ela retira o dinheiro de 197 cidades, mas eleva o repasse para outras 5.365. Ou seja, o lobby em favor de todo o restante do país, em detrimento da perda do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, é muito forte. Até porque, há o argumento de que os cariocas não podem reclamar mais porque vão receber muitos investimentos com a Copa do Mundo e Olimpíadas.

A MUDANÇA

Os dois deputados propõem que os royalties e participação especial, hoje pagos aos Estados e municípios produtores de petróleo, sejam divididos entre todos os Estados e municípios com base nos critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Pelo estudo elaborado pelos técnicos da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com base nos números de 2008, se fosse considerada a Emenda Ibsen, além da perda dos municípios, o governo do Espírito Santo deixaria de receber R\$ 337,8 milhões para receber R\$ 125,6 milhões. Perderia, portanto, R\$ 212,1 milhões.

O caso mais dramático, entre as prefeituras, é de Presidente Kennedy, que de um to-

tal de R\$ 73,3 milhões teria o repasse anual reduzido para R\$ 700 mil. Para o prefeito Reginaldo dos Santos Quinta, se a cidade perder os royalties agora, todas as obras - construção de escolas, posto de saúde e obras para tratamento de esgoto e água - serão paralisadas.

"Será uma regressão total na vida do município porque Kennedy demorou para engranar. Agora que as obras começaram, não é justo perder estes repasses", afirma Quintas. A questão dos royalties, aliás, nem deveria ter entrado no debate agora. Seria motivo de um projeto de lei à parte, depois que o marco regulatório fosse aprovado.

Mas, o próprio governo federal acabou incluindo o assunto entre os quatro projetos encaminhados ao congresso e

os parlamentares dos Estados não produtores começaram a apresentar emendas sobre o assunto. Apesar de toda a negociação comandada pelos governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB) e Paulo Hartung (PMDB) junto ao governo federal, ao que tudo indica, a Emenda Ibsen será aprovada.

Na CNM, a proposta é para que os royalties sejam divididos entre todos os municípios, apesar de a Constituição do país determinar que este tipo de repasse deve ser feito para os municípios e Estados produtores ou que tenham equipamentos para embarcações de petróleo. O dia 10 promete ser animado em Brasília já que prefeitos de cidades produtoras e não produtoras farão manifestações durante a votação da emenda.

Negociação entre Estado e União não deverá surtir efeito

Se o presidente Lula honrar o acordo com governadores e vetar a emenda, Câmara poderá derrubar veto

■ O governo do Estado tem adotado uma posição de cautela em relação à polêmica dos royalties, apesar de o governador Paulo Hartung ter se reunido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, junto com o governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB) para tentar costurar um acordo para garantir o atual sistema de pagamento de royalties para as áreas já licitadas.

A negociação não deverá surtir efeito. Se a Emenda Ibsen for aprovada, o presidente Lula terá que usar seu poder de veto para honrar o que acordou com os governadores. Mas, a Câmara poderá, depois, derrubar o veto do presidente. Num ano eleitoral, é difícil que o presidente Lula queira enfrentar o desgaste de ter um veto seu derrubado pela Câmara, avaliam os parlamentares capixabas.

Para o secretário estadual de Desenvolvimento, Márcio Félix Bezerra, a situação do Espírito Santo não é tão grave quanto a do Rio; "Temos atenuantes: a produção está crescendo muito; o Estado criou fundos para dividir os royalties para quem não é produtor; e os orçamentos municipais são ainda pouco dependentes dos repasses do petróleo".

Mas ele admite que a situação é preocupante. "Deveria haver uma legislação de transição, caso a lei mude realmente. Não pode haver uma mudança deste tipo de uma hora para a outra", avalia ele.